

Aprovado em reunião do CD de 10 de julho de 2025

## **PROGRAMA DE CONCURSO**

**EMPREITADA DE REABILITAÇÃO EM FRAÇÃO DEVOLUTA DE  
RENDAS SOCIAIS NA R. DR. LUÍS TEIXEIRA MACEDO E CASTRO 30,  
3D, SETÚBAL, NO ÂMBITO DO PRR, PATRIMÓNIO IMOBILIÁRIO  
DO IGFSS**

**CONCURSO PÚBLICO INTERNACIONAL N.º 2125000156**

## ÍNDICE

<b>ARTIGO 1.º – OBJETO</b>	<b>3</b>
<b>ARTIGO 2.º – ENTIDADE PÚBLICA CONTRATANTE</b>	<b>3</b>
<b>ARTIGO 3.º – ÓRGÃO COMPETENTE</b>	<b>3</b>
<b>ARTIGO 4.º – CONCORRENTES</b>	<b>3</b>
<b>ARTIGO 5.º – PLATAFORMA ELETRÓNICA</b>	<b>3</b>
<b>ARTIGO 6.º – PREÇO BASE</b>	<b>4</b>
<b>ARTIGO 7.º – PRAZO DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA</b>	<b>4</b>
<b>ARTIGO 8.º – PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO, RETIFICAÇÃO E ALTERAÇÃO DAS PEÇAS PROCEDIMENTAIS</b>	<b>4</b>
<b>ARTIGO 9.º – VISITA DO LOCAL DA EMPREITADA</b>	<b>5</b>
<b>ARTIGO 10.º – DOCUMENTOS QUE ACOMPANHAM A PROPOSTA</b>	<b>5</b>
<b>ARTIGO 11.º – PROPOSTAS VARIANTES</b>	<b>6</b>
<b>ARTIGO 12.º – CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO</b>	<b>6</b>
<b>ARTIGO 13.º – ESCLARECIMENTOS SOBRE AS PROPOSTAS</b>	<b>7</b>
<b>ARTIGO 14.º – AUDIÊNCIA PRÉVIA</b>	<b>7</b>
<b>ARTIGO 15.º – NEGOCIAÇÃO</b>	<b>7</b>
<b>ARTIGO 16.º – ESCOLHA DO ADJUDICATÁRIO</b>	<b>7</b>
<b>ARTIGO 17.º – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO</b>	<b>7</b>
<b>ARTIGO 18.º – CELEBRAÇÃO DE CONTRATO ESCRITO</b>	<b>8</b>
 <b>ANEXO I – MODELO DE PROPOSTA</b>	

**PROGRAMA DE CONCURSO****CONCURSO PÚBLICO INTERNACIONAL N.º 2125000156****EMPREITADA DE REABILITAÇÃO EM FRAÇÃO DEVOLUTA DE RENDA SOCIAL NA R. DR. LUÍS TEIXEIRA MACEDO E CASTRO 30, 3D, SETÚBAL, NO ÂMBITO DO PRR, PATRIMÓNIO IMOBILIÁRIO DO IGFSS****ARTIGO 1.º – OBJETO**

1. O presente programa de concurso tem por objeto a empreitada de reabilitação em fração devoluta de renda social na R. Dr. Luís Teixeira Macedo e Castro 30, 3d, Setúbal, no âmbito do PRR, Património Imobiliário do IGFSS, conforme as características e condições constantes no projeto de execução anexo ao caderno de encargos.
2. De acordo com a nomenclatura de referência aplicável aos Contratos Públicos - Vocabulário Comum para os Contratos Públicos (CPV) o presente procedimento tem a seguinte classificação: 45453000-7 – Obras de revisão e recuperação.
3. A suprarreferidas empreitadas são de Categoria II, e definidas pela sua natureza, conforme o n.º 3 do artigo 11.º do anexo I da Portaria n.º 255/2023, de 7 de agosto e correspondendo, de acordo com o valor base do procedimento, à classe de habilitações de acordo com o valor da proposta e de acordo com a Portaria n.º 212/2022 de 23 de agosto.

**ARTIGO 2.º – ENTIDADE PÚBLICA CONTRATANTE**

A entidade pública contratante é o Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, I.P., adiante designado por IGFSS, com sede na Av. Manuel da Maia, n.º 58, 1049-002 Lisboa, com os números de telefone 21 843 33 00, de fax 21 843 37 12 e correio eletrónico [igfss-dga-dai@seg-social.pt](mailto:igfss-dga-dai@seg-social.pt).

**ARTIGO 3.º – ÓRGÃO COMPETENTE**

O presente procedimento foi aberto na sequência de deliberação do Conselho Diretivo do IGFSS, no uso de competência própria, nos termos dos artigos 36.º e 38.º do Código dos Contratos Públicos, em conjugação com o n.º 2 do artigo 38.º da Lei n.º 3/2004, de 15 de janeiro, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 5/2012, de 17 de janeiro, e com a alínea b) do n.º 1 do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho.

**ARTIGO 4.º – CONCORRENTES**

1. Podem apresentar proposta as entidades que não se encontrem em nenhuma das situações referidas no artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.
2. Os concorrentes devem possuir todas as autorizações, consentimentos, aprovações, registos e licenças necessários para o cumprimento das obrigações assumidas no contrato a celebrar.

**ARTIGO 5.º – PLATAFORMA ELETRÓNICA**

Todo o procedimento relativo ao presente concurso está disponível na plataforma eletrónica ACINGOV no endereço [www.acingov.pt](http://www.acingov.pt) a partir da data da publicação do anúncio, decorrendo toda a tramitação procedimental na referida plataforma.

**ARTIGO 6.º – PREÇO BASE**

1. O preço máximo que o IGFSS, se propõe pagar pela empreitada de reabilitação em fração devoluta de renda social na R. Dr. Luís Teixeira Macedo e Castro 30, 3d, Setúbal, no âmbito do PRR, Património Imobiliário do IGFSS, é de **49.500,00 EUR (quarenta e nove mil e quinhentos euros)** acrescido de IVA à taxa legal em vigor
2. O preço referido no número anterior do presente artigo inclui os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao IGFSS, nomeadamente, os custos logísticos com transporte dos respetivos materiais, instalação de estaleiro, alojamento, deslocação de colaboradores, água, eletricidade, custos de ocupação da via pública, bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças, em que o empreiteiro haja de incorrer em virtude da execução das obrigações que para aquele emergem do presente caderno de encargos e do contrato.
3. Quaisquer atividades diretamente relacionadas com o objeto dos documentos contratuais que decorram da normal execução do contrato, mas que não estejam especialmente previstas e que venham a ser aconselhadas por força das circunstâncias, consideram-se como prestações acessórias, não dando lugar a qualquer pagamento para além do que ficar contratado.
4. A proposta em que o preço contratual apresentado seja superior ao preço unitário base, referidos no número 1 do presente artigo, motiva a exclusão da proposta na sua totalidade, nos termos da alínea d) do n.º 2 do artigo 70.º do CCP, assim como, o IGFSS não aplicará o disposto no n.º 6 do artigo 70.º do CCP.

**ARTIGO 7.º – PRAZO DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA**

1. As propostas e os documentos que instruem a proposta de preço deverão ser enviados através da plataforma [www.acingov.pt](http://www.acingov.pt) até às 23:59h do 30.º dia contado a partir da data de envio do anúncio para publicação.
2. A data-limite fixada no número 1 pode, a pedido dos interessados e em casos devidamente fundamentados, ser prorrogada por prazo adequado quando o programa de concurso ou o caderno de encargos não puderem ser fornecidos nos prazos estabelecidos para o efeito.
3. A decisão de prorrogação prevista no número anterior cabe ao órgão competente para a decisão de contratar e deve ser junta às peças do procedimento e notificada a todos os interessados que as tenham adquirido, publicando-se imediatamente aviso daquela decisão, nos mesmos termos em que foi publicitado o anúncio do concurso.
4. O prazo previsto para a apresentação de propostas não se suspende aos sábados, domingos ou feriados.

**ARTIGO 8.º – PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO, RETIFICAÇÃO E ALTERAÇÃO DAS PEÇAS PROCEDIMENTAIS**

1. Os interessados podem solicitar esclarecimentos, bem como apresentar lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e as omissões do caderno de encargos por si detetados, através da plataforma [www.acingov.pt](http://www.acingov.pt), relativos à boa compreensão e interpretação dos elementos expostos, durante o primeiro terço do prazo fixado no número 1 do artigo anterior.
2. Os esclarecimentos devem ser prestados pelo júri, por escrito, até ao fim do segundo terço do prazo fixado no número 1 do artigo anterior.
3. O órgão competente para a decisão de contratar pronuncia-se sobre os erros e omissões identificados pelos interessados até ao fim do segundo terço do prazo fixado no número 1 do artigo anterior, considerando-se rejeitados todos os que, até final deste prazo, não sejam expressamente aceites.

### ARTIGO 9.º – VISITA DO LOCAL DA EMPREITADA

1. Até ao final do 6.º dia de calendário a contar da data da publicação do anúncio no Diário da República, podem os interessados solicitar através da plataforma de contratação pública a realização uma inspeção ao local da obra, a qual poderá ser acompanhada pelo técnico procedimental designado pelo IGFSS, com a finalidade de nessa inspeção efetuarem os reconhecimentos que entenderem indispensáveis à elaboração da sua proposta, devendo inteirar-se de todas as condições, nomeadamente das que possam eventualmente influenciar a execução da empreitada, através da plataforma de contratação pública e com antecedência mínima de 48 horas.
2. Em caso algum, podem os interessados condicionar a sua proposta em função do resultado ou da omissão da visita e reconhecimentos referidos no presente artigo.

### ARTIGO 10.º – DOCUMENTOS QUE ACOMPANHAM A PROPOSTA

1. Para apresentação da proposta é necessário preencher e gerar o Formulário Principal, bem como proceder à anexação dos seguintes documentos, todos assinados por representante que tenha poderes para obrigar o concorrente, em cumprimento do disposto no n.º 4 do artigo 57.º do CCP:
  - 1.1. **Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP)**, disponível no sítio <https://espd.eop.bg/espd-web/>, a ser preenchido por cada concorrente com as informações que lhe digam respeito;
  - 1.2. **Documentos que contenham os atributos da proposta** de acordo com os quais o concorrente se dispõe contratar, identificando designadamente:
    - 1.2.1. **Declaração de proposta do concorrente**, elaborada em conformidade com o modelo anexo (anexo I) ao presente programa;
    - 1.2.2. **“Ficheiro de apresentação de Proposta”** – (ficheiro excel anexo ao procedimento):
      - 1.2.2.1. Preço global da proposta em euros sem inclusão de IVA;
      - 1.2.2.2. Prazo de execução em dias de calendário;
      - 1.2.2.3. Lista de preços parciais dos trabalhos que se propõe executar, nos termos do n.º 4 do artigo 60.º de CCP;
      - 1.2.2.4. Cronograma financeiro/plano de pagamentos nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 57.º do CCP;
      - 1.2.2.5. Lista da equipa afeta à empreitada e respetivas habilitações profissionais nos termos da Cláusula 12.ª do caderno de encargos.
    - 1.2.3. **Memória justificativa e descritiva** do modo de execução da empreitada;
    - 1.2.4. **Lista dos preços unitários**, apresentados em euros com duas casas decimais, referente a cada artigo do Mapa de Quantidades de Trabalhos, a apresentar em formato Excel, ou, caso tenham sido aceites erros e omissões pelo IGFSS, Mapa de Quantidades de Trabalhos com suprimento de erros e omissões aceites pelo IGFSS, a apresentar em formato Excel no ficheiro fornecido aquando da notificação das Listas de Erros e Omissões aceites;
    - 1.2.5. **Plano de Trabalhos, Plano de Mão-de-obra e Plano de Equipamento**, que deverão ser apresentados de acordo com o estipulado no caderno de encargos;
    - 1.2.6. **Plano de pagamentos** de acordo com o estipulado no caderno de encargos;
    - 1.2.7. **Documento comprovativo do poder de representação** (certidão de registo comercial da empresa ou código de acesso à certidão permanente “online”, ata de delegação de poderes, procuração ou outro);
    - 1.2.8. **Certificado de classificação de empreiteiro** de obras públicas emitido pelo Instituto dos Mercados Públicos, do Imobiliário e da Construção, I.P. (IMPIC, I.P.), com classe de alvará;

1.2.9. Caso o empreiteiro não disponha de alguma das habilitações necessárias, observando os limites impostos pelo artigo 383.º do CCP, juntará aos documentos de habilitação os alvarás ou os títulos de registo emitidos pelo IMPIC, I.P., contendo as habilitações acima referidas dos subempreiteiros, desde que acompanhados de declaração através da qual estes se comprometam, incondicionalmente, a executar os trabalhos correspondentes às habilitações deles constantes.

1.3. **Documentos que contenham os termos ou condições**, relativos a aspetos da execução do contrato, não submetidos à concorrência pelo caderno de encargos, aos quais o IGFSS pretende que o concorrente se vincule:

1.3.1. Prazo de manutenção da proposta;

1.3.2. Condições de Pagamento.

1.4. Integram também a proposta quaisquer outros documentos que o concorrente apresente, por considera-los indispensáveis.

2. Todos os documentos da proposta têm de ser redigidos em língua portuguesa, quando pela sua própria natureza ou origem, estiverem redigidos noutra língua, deve o concorrente fazê-los acompanhar de tradução devidamente legalizada.
3. A proposta, bem como todos os documentos a esta associados, devem ser assinados eletronicamente pelo concorrente ou seus representantes legais, mediante a utilização de certificados de assinatura eletrónica qualificada, nos termos do artigo 54.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto. Nos casos em que o certificado digital não possa relacionar diretamente o assinante com a sua função e poder de assinatura deve o concorrente submeter na plataforma, juntamente com a proposta, um documento indicando comprovadamente o poder de representação e a assinatura do assinante, em cumprimento do n.º 7 do mencionado artigo 54.º.
4. Os documentos que constituem a proposta devem ser apresentados em formato digital, cumprindo o estipulado no Regulamento Nacional de Interoperabilidade Digital (RNID), que define as especificações técnicas e os formatos digitais a adotar pela Administração Pública, nos termos previstos na Lei n.º 36/2011, de 21 de junho, e ser inseridos nos respetivos campos da plataforma eletrónica. São ainda aceites documentos nos seguintes formatos digitais: \*.dwg, \*.doc, \*.xls, \*.mpp ou \*.pdf.
5. Em caso de discrepância entre preços apresentados no “ficheiro de apresentação de propostas” e quaisquer outros apresentados em documentos que acompanham a proposta, prevalecem os primeiros.
6. O concorrente fica obrigado a manter a sua proposta durante um período de 90 (noventa) dias contados da data-limite para a sua entrega.

#### **ARTIGO 11.º – PROPOSTAS VARIANTES**

1. Não é admitida a apresentação de propostas com variantes.
2. Para efeitos do presente concurso, proposta com variantes é aquela que apresenta diferenças em relação à proposta base.

#### **ARTIGO 12.º – CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO**

1. A adjudicação, é feita segundo o critério da proposta economicamente mais vantajosa de acordo com a **modalidade “Monofator” - Preço global**, enquanto único aspeto da execução do contrato a celebrar, de acordo com o disposto na alínea b) do n.º 1, do artigo 74.º, do Código dos Contratos Públicos.
2. Em caso de empate entre duas ou mais proposta, serão as mesmas classificadas por recurso a sorteio presencial em ato público, na sede do IGFSS.
3. No seguimento do descrito no número anterior, o Júri convocará os concorrentes com 2 (dois) dias úteis de antecedência, sendo comunicada a data, hora e local onde se realizará o ato de sorteio.

### **ARTIGO 13.º – ESCLARECIMENTOS SOBRE AS PROPOSTAS**

1. O júri do procedimento pode pedir aos concorrentes esclarecimentos que considere necessários sobre as propostas apresentadas para efeitos de análise e avaliação das mesmas.
2. Os esclarecimentos prestados fazem parte integrante das propostas desde que não contrariem elementos constantes dos documentos que as constituem, não alterem ou completem os respetivos atributos.
3. Todos os concorrentes devem ser notificados dos esclarecimentos referidos nos números anteriores.

### **ARTIGO 14.º – AUDIÊNCIA PRÉVIA**

1. A decisão de adjudicação será precedida de audiência prévia escrita dos concorrentes.
2. Os concorrentes têm 5 (cinco) dias, após a notificação do relatório preliminar, para se pronunciarem sobre o mesmo.

### **ARTIGO 15.º – NEGOCIAÇÃO**

Não haverá lugar à negociação da proposta.

### **ARTIGO 16.º – ESCOLHA DO ADJUDICATÁRIO**

1. Depois de cumpridas as formalidades previstas na lei, o órgão competente para a decisão de contratar, com base no relatório final elaborado pelo júri, decide sobre a aprovação de todas as propostas para efeitos de adjudicação.
2. A decisão de adjudicação acompanhada do relatório final de análise das propostas, é notificada, em simultâneo, a todos os concorrentes.

### **ARTIGO 17.º – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

1. Nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, no prazo de 5 (cinco) dias, deve o adjudicatário entregar os seguintes documentos de habilitação:
  - 1.1. Declaração emitida conforme modelo constante do anexo II do Código dos Contratos Públicos, na sua atual redação;
  - 1.2. Certidão emitida pelo Serviço de Finanças que ateste a sua situação contributiva regularizada;
  - 1.3. Certidão emitida pelo Instituto da Segurança Social, I.P., que ateste que tem a sua situação regularizada perante o mesmo;
  - 1.4. Certidão da Conservatória do Registo Comercial com a indicação dos representantes legais da Sociedade com poderes para proceder à outorga e a que título, pois caso seja por mandato, será necessário apresentar a respetiva procuração;
  - 1.5. Documento comprovativo de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b) e h) do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos (declaração de registo criminal dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência e certificado de registo criminal da pessoa coletiva);
  - 1.6. Documentação relativa ao Diretor de Obra: elementos comprovativos da qualificação exigível, considerando quer, a classe de obra correspondente ao valor da proposta, quer o tipo de trabalhos envolvidos, consoante o técnico proposto para assumir a função nos termos do n.º 1 do artigo 23.º e do Quadro n.º 1 do Anexo II da Lei n.º 31/2009, de 3 de junho, com a redação que lhe foi dada pela Lei n.º 40/2015, de 1 de junho, designadamente:
    - 1.6.1. Comprovativo de inscrição na respetiva Ordem ou Certificados de Qualificação ou Diplomas obtidos no âmbito do Sistema Nacional de Qualificações;
    - 1.6.2. Termo de Responsabilidade subscrito pelo técnico designado, com assinatura reconhecida nos termos gerais de direito ou assinatura eletrónica qualificada, assumindo a correta execução da obra e a responsabilidade pela sua direção técnica e

comprometendo-se a desempenhar a função com proficiência e assiduidade, nos termos do modelo constante da Portaria n.º 113/2015, de 22 de abril, com as adaptações impostas pelas exigências ora estabelecidas;

1.6.3. Documento comprovativo da contratação do diretor de obra, emitido pelo Empreiteiro;

1.6.4. Curriculum vitae.

1.7. Certificado de classificação de empreiteiro de obras públicas emitido pelo Instituto dos Mercados Públicos, do Imobiliário e da Construção, I.P. (IMPIC, I.P.), correspondente ao valor da sua proposta, designadamente:

1.7.1. 1.ª Categoria – Edifícios e Património Construído;

1.7.1.1. 4.ª Subcategoria – Alvenarias, rebocos e assentamento de cantarias;

1.7.1.2. 5.ª Subcategoria – Estuques, pinturas e outros revestimentos;

1.7.1.3. 7.ª Subcategoria – Trabalhos em perfis não estruturais;

1.7.1.4. 8.ª Subcategoria – Canalizações e condutas em edifícios.

1.7.2. 4.ª Categoria – Instalações Elétricas e Mecânicas

1.7.2.1. 1.ª Subcategoria – Instalações elétricas de utilização de baixa tensão com potência até 50 KVA.

1.8. Caso o adjudicatário não disponha de alguma das habilitações exigidas no número anterior, observando os limites impostos pelo artigo 383.º do CCP, juntará aos documentos de habilitação, os alvarás ou os títulos de registo emitidos pelo Instituto dos Mercados Públicos, do Imobiliário e da Construção, I.P., contendo as habilitações acima referidas dos subempreiteiros, desde que acompanhados de declaração através da qual estes se comprometam, incondicionalmente, a executar os trabalhos correspondentes às habilitações deles constantes;

1.9. Documento comprovativo de inscrição no Registo Central do Beneficiário Efetivo;

1.10. A apresentação de um plano de prevenção de corrupção e de infrações conexas;

2. O IGFSS concede ao Empreiteiro o prazo de 3 (três) dias para supressão de irregularidades detetadas nos documentos apresentados que constituam motivo de caducidade da adjudicação nos termos do disposto no artigo 86.º do Código dos Contratos Públicos.

#### **ARTIGO 18.º – CELEBRAÇÃO DE CONTRATO ESCRITO**

1. A minuta do contrato é aprovada pelo órgão competente para a decisão de contratar;
2. A minuta do contrato é notificada ao adjudicatário para efeitos de aceitação nos termos do artigo 100.º do Código dos Contratos Públicos;
3. O adjudicatário fica obrigado a pronunciar-se sobre a minuta do contrato no prazo de 5 (cinco) dias após a sua receção, findo o qual, se o não fizer, se considerará aceite a mesma minuta;
4. O contrato deve ser celebrado no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data de aceitação da minuta ou da decisão sobre a reclamação;
5. Nos termos do n.º 1 do artigo 94.º do Código dos Contratos Públicos, o contrato será assinado pelos outorgantes com recurso a assinatura digital qualificada.



**ANEXO I – MODELO DE PROPOSTA**

\_\_\_\_\_ (nome, estado, profissão e morada, ou firma e sede), titular do certificado de classificação de empreiteiro de obras públicas (ou, se for esse o caso, do certificado de inscrição na Lista Oficial de Empreiteiros Aprovados do Estado), \_\_\_\_\_ (indicar o número), contendo as autorizações \_\_\_\_\_ (indicar natureza e classe), representado(a) pelo seu (gerente/administrador/procurador/representante comum) \_\_\_\_\_ (nome, estado civil, naturalidade e morada), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do objeto da **EMPREITADA DE** \_\_\_\_\_ a que se refere o programa de concurso nº \_\_\_\_\_, obriga-se a executar todos os trabalhos que constituem essa empreitada, em conformidade com os termos e condições constantes no caderno de encargos e demais elementos do procedimento, pelo preço total de € \_\_\_\_\_ ( \_\_\_\_\_ euros), ao qual acresce o IVA à taxa legal em vigor.

Mais declara que renuncia a foro especial e que se submete, em tudo o que respeitar à execução do contrato, ao que se achar prescrito na legislação portuguesa em vigor.

Lisboa, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_,

Assinatura:

**Nota:** deverá ser indicada a qualidade do signatário.

